

"DEUS QUER, O HOMEM SONHA, A OBRA NASCE!"

Fernando dos Santos Neves

Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

São as primeiras palavras do poema de Fernando Pessoa que constitui o hino da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. E «deixando a Deus o que é de Deus», todos os dias são, mas o dia da Universidade é, por excelência, o dia (ou, em linguagem mais Pessoaana, a «hora») para fazermos um balanço retroprospectivo dos «sonhos dos homens» e dos «nascimentos das obras» que, uns e outros, constituem o «projecto» da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Em linguagem de que não convém abusar nem banalizar, os «dias da Universidade» são os «dias» e as «horas» de fazer o «Estado da Nação», da «Nossa Nação», cujas fronteiras «lusófonas» lhe são constantemente assinaladas pelo verso latino do seu logotipo: «**Humani Nihil Alienum**», que nós costumamos traduzir, mais literalmente, por «Nada do que é humano nos é estranho!» e, menos literalmente mas não menos exigentemente, por «Nenhum humano nos é estrangeiro!».

Antes de mais (e também durante o mais e depois do mais) os nossos «sonhos», com a observação imediata, que costumamos acrescentar, de que «sonhamos durante a noite e começamos a realizar pela manhã». Oxalá assim continuemos pelos séculos dos séculos...

Nós, como Luther King, «tivemos um sonho», «sonho» que, nos versos de António Gedeão, «comanda a nossa vida» e que os antigos filósofos traduziam menos poeticamente ao dizerem que, de todas as obras, a «causa final» era a última na ordem da execução mas a primeira na ordem da intenção... E Dante não termina a sua «Divina Comédia» afirmando que é o íman do «Amor que move o Sol e as outras estrelas»? O nosso sonho-íman-utopia permanente é fazer com que todos os lusófonos se tornem omnidimensionalmente humanos, sonho que veio a traduzir-se na linguagem também pouco poética do Decreto-Lei fundador da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Decreto-Lei n.º 92/98, de 14 de Abril), onde se explicita que o seu objectivo é o «desenvolvimento de todos os Países e Povos de Língua Portuguesa».

Este nosso sonho funda-se na convicção que se tornou axioma, mas que é filosófica, sociológica e historicamente demonstrável, de que a Educação, para além de ser um dos direitos consignados na «Declaração Universal dos Direitos Humanos», é, também, o motor essencial e a condição sine qua non da democratização e desenvolvimento humano de todos os Lusófonos. E até já se compreenderá o meu obsessivo grito, não de guerra como o «Delenda est Cartago!» mas de paz «Construenda est Lusophonia!», por um lado, repetindo até à exaustão e às vezes até à náusea que o «**Ensino Superior deverá ser considerado, nos alvares do século XXI, a instrução ou a educação ou a alfabetização ou a literacia própria do nosso tempo, à semelhança do que, noutros tempos, foi considerada a escola primária e a escola secundária**» [cf. 1ª das «Onze Teses sobre o Ensino Superior em Portugal e todo(s) o(s) Espaço(s) Lusófono(s)», em: Anuário da Educação, 2000-2001] e que, relativamente à velha e bela norma e conquista democrática e revolucionária do «Ensino

Línguas e Culturas

Universal, Obrigatório e Gratuito», ainda não perdi a esperança de que esta minha «opinião publicada» se torne igualmente «opinião pública» e «legislação aplicável, aplicanda e aplicada»; e, por outro lado, insurgindo-me, não menos obsessivamente, contra os recorrentes aristocratismos serôdios e elitismos provincianos da praça lisboeta, que continuam a perorar que a «desgraça das Universidades é estarem abertas a todos os meninos» (sic) ou a declarar «ideia perniciososa o dizer-se que todos têm direito à entrada nas universidades» (re-sic), aristocratismos serôdios e elitismos provincianos que ninguém tratou mais agrestemente do que o Ministro Mariano Gago, quando se lhes referiu como aos «eternos imbecis que hão-de continuar a dizer que há doutores e estudantes universitários a mais». E eu acrescentaria: se o snobismo e o provincianismo matassem, pouco restaria, há muito tempo, destes pseudo-líderes de opinião...

Quanto às «obras» que nasceram, que estão a nascer, que nascerão...

A «obra-madre» é a própria **Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**, assim «tal e qual e com todas as letras», «**Universidade**», «**Lusófona**» e «**de Humanidades e Tecnologias**».

Quanto à «matriz» da «**Lusofonia**», depois de tudo o que tenho escrito, nada mais direi neste momento. Queria, no entanto, aproveitar a ocasião para saudar a iniciativa da revista «África Hoje» que, a partir do último número, criou nas suas páginas um «Forum de Diálogo» sobre e a partir do meu opúsculo «**Para uma Crítica da Razão Lusófona: Onze Teses sobre a CPLP e a Lusofonia**» (Edições Universitárias Lusófonas, 2000).

Quanto à matriz de «**Humanidades e Tecnologias**» direi apenas o seguinte: não foi só para escaparmos à acusação geralmente feita às Universidades Privadas de serem, pejorativamente, «Universidades de cursos de papel e lápis» que adoptámos esta designação, foi sobretudo para mostrarmos que pretendemos contribuir, com estas «Novas Humanidades e Novas Tecnologias», para a superação, a síntese e a convergência do «Homo Culturalis» e do «Homo Technicus», do «Antropocosmos» e do «Technocosmos», do «Homo Sapiens» e do «Homo Zapping»..., superação, síntese e convergência para que até inventámos o nome de «Antropótica».

Quanto à matriz de «**Universidade**», permitam-me citar frases minhas tiradas do ensaio, enorme de título mas breve de extensão, «**Do Mar Português ao Mar Lusofonês: o projecto da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, projecto de Ensino Superior para Portugal e todo o Espaço Lusófono**» (em: Revista de Humanidades e Tecnologias, n.º 3, pp. 134-137):

Usando velha terminologia filosófica, digamos duas palavras sobre os pressupostos ou prolegómenos não já, como diria Kant, a toda a

metafísica futura, mas sim prolegómenos a todas as futuras Universidades, que poderíamos também Kantianamente designar de «**Crítica da Razão Universitária**», ou seja, sobre as condições de legitimidade, validade, interesse e pertinência das «Universidades Contemporâneas». Obviamente, com imediatas aplicações à **Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**.

O primeiro projecto, em Portugal, de uma «**Universidade Contemporânea**» («contemporâneo», no sentido em que uma das cadeiras ex-libris da Universidade Lusófona se intitula «Introdução ao Pensamento Contemporâneo» e para evitarmos o veredicto de Teilhard de Chardin, segundo o qual «uma multidão dos nossos contemporâneos ainda não são modernos») foi, nos anos 70, o projecto da «Universidade Nova de Lisboa», que, desgraçadamente, do ponto de vista da «contemporaneidade-modernidade», não passou disso mesmo, de um projecto, inviabilizado e tornado velho ainda antes de nascer, e não passando, uma vez nascido, de um aborto que deu lugar a uma «Nova Universidade» mas não uma «Universidade Nova».

E o tal projecto novo que não chegou a sê-lo era, essencialmente, o seguinte: uma Escola situada num campus, com as diversas áreas científicas estruturadas não em Faculdades autárquicas e autistas mas em Departamentos autónomos e intercomunicantes ou seja, utilizando uma terminologia mais académica: **um campus universitário, uma interdisciplinaridade pedagógica, uma interdepartamentalidade institucional**.

Infelizmente, 20 anos mais tarde, ao enveredar por tal contemporaneidade-modernidade, como consta da sua filosofia inicial e vem exarado nos seus estatutos, a **Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias** é entre nós pioneira quase absoluta.

Não que, entre nós, não se tenha falado e continue a falar-se em «campus», em «pluri-inter-trans...disciplinaridade», em «departamentos», em «unidades de crédito» e não sei que mais. Só que não basta e não vale a pena imitar e copiar os outros, se a alma é pequena, ou seja, se as mentalidades continuam (como é o caso) a ser as mesmas. Há algo que releva da teoria, sem a qual não pode haver pertinente prática. E a teoria em questão remete para o conceito de «**REP-Ruptura Epistemológica Primordial**», que de modo finalmente explícito lancei, em 1986, no «Congresso Internacional sobre as Estruturas Emergentes para uma Nova Revolução nas Ciências» e que pode laconicamente definir-se como a passagem de uma concepção monoparadigmática, reducionista e totalitária a uma concepção pluriparadigmática, aberta e democrática da(s) ciência(s) (cf. Opúsculo «*Introdução ao Pensamento Contemporâneo*», Edições Universitárias Lusófonas, pp. 31-32). Só, teorica e praticamente, admitindo a «liberdade-igualdade-faternidade», quer dizer, a mesma dignidade e valor cognoscitivo a todas as ciências, as «propriamente ditas» e as «impropriamente ditas», as «científicas» e as outras, as «duras» e as «moles», a física e a psicologia, o behaviorismo e a psicanálise, etc,

“Deus quer, o homem sonha...”

é que se pode seriamente falar em interdisciplinaridade, epistemologia e classificação das ciências, etc. **Analogamente, só o conceito de «RUP – Ruptura Universitária Primordial» poderá constituir a base de qualquer «Crítica da Razão Universitária» e de quaisquer «Prolegómenos» a toda a Universidade Contemporânea de Futuro!** (fim desta longa citação).

Poderia (e provavelmente deveria) agora explicitar o número e o nome da nossa dezena de «Departamentos Científico-Pedagógicos», o número e o nome das nossas já muitas dezenas de cursos de Licenciatura e de Mestrado e as nossas incontáveis pós-graduações, colóquios, conferências e outras actividades académico-culturais.

Poderia (e provavelmente deveria) falar dos nossos cursos e cadeiras inovadores, estreias absolutas nas Escolas Portuguesas (casos, por exemplo, de Licenciaturas como Ciência Política, Urbanismo, Estudos Lusófonos, Ciência das Religiões ou Geomática..., de Mestrados como «Espaço Lusófono: Cultura, Economia e Política» ou «Sexologia»..., de Cadeiras como «Introdução ao Pensamento Contemporâneo», «Ciências Cognitivas», «Etologia e Sociobiologia», «Economologia», «Teoria e Prática dos Direitos Humanos» ou «Socioeconomia Política do Noroeste Peninsular»...).

Poderia (e provavelmente deveria) falar de todos os nossos numerosos Centros de Estudo e de Investigação e designadamente daqueles inseridos nas duas «Unidades de Estudo e de Investigação» («Ciência, Tecnologia e Sociedade», uma, «Ciências Sociais Aplicadas», a outra), aprovadas por júris internacionais no quadro da «Fundação da Ciência e Tecnologia» e que constituíram casos únicos no âmbito das Universidades não-Estatais.

Poderia (e provavelmente deveria) falar das várias Organizações mais ou menos Autónomas e mais ou menos Associadas, como as «Semanas Sociológicas», a «ACSEL – (primeira) Associação dos Cientistas Sociais do Espaço Lusófono», o «Movimento da Nova Museologia», os «Congressos de Urbanismo e Autarquias», a «SALP – Sociedade Africanológica de Língua Portuguesa», o «Gabinete de Cooperação Africana/Lusófona», o «Gabinete de Estudos Africanos», o «Gabinete de Relações Internacionais», o «Gabinete de Apoio às Actividades Associativas», o «Gabinete de Marketing e Comunicação», o «CISE – Centro de Investigações Sociais e Empresariais», a «Sonda Lusófona – Centro de Sondagens da Universidade Lusófona», o «CELAM – Centro de Línguas Antigas e Modernas», o «Observatório das Políticas Educativas», as «Edições Universitárias Lusófonas», as «Universidades Lusófonas de Verão» (também elas autênticas pioneiras, entre nós, de tal modalidade), a «EPAP» – Escola Prática de Administração Pública, que acaba de abrir as portas em Palmela e a que, em homenagem ao nosso antigo Professor de Ciência Política que em vida a idealizou, demos o nome de «Escola Prática de Administração Pública Luís Sá»...

Poderia (e provavelmente deveria) relevar os numerosos convénios e protocolos assinados com as mais variadas e prestigiadas instituições

universitárias e não-universitárias, portuguesas, lusófonas e estrangeiras, alguns dos quais já começaram e outros em breve começarão a dar os frutos pretendidos.

Poderia (e provavelmente deveria) repetir o que, no dia da Universidade do ano passado, aqui mesmo relatei da audiência com o Senhor Ministro da Educação, em que lhe expusemos (cito) «os três pontos seguintes que, para nós, constituem outras tantas prioridades» **(mas aparentemente a máquina ministerial não «sonha» nem «opera» à nossa velocidade e dimensão):**

- «1. No âmbito dos processos normais de autorização de funcionamento de cursos (alguns dos quais esperam no M. E. há mais de dois anos), a **autorização imediata da concessão de doutoramentos nas áreas em que, legalmente, a Universidade Lusófona já está habilitada...**
- 2. Declaração de interesse público da «Universidade Lusófona do Porto», na perspectiva lusófona do Noroeste Peninsular.**
- 3. Autorização da Licenciatura em Medicina e da Escola Superior de Ciências da Saúde, área que, por constituir uma área de importância fundamental nas Sociedades Portuguesa e Lusófonas, constitui também, neste momento, um dos vectores estratégicos da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.»**

Poderia (e provavelmente deveria) recordar ainda as mais de mil bolsas que, no presente ano, a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias concede a estudantes provenientes dos diversos Espaços Lusófonos, através do seu «Gabinete de Cooperação Africana».

E permita-se-me fazer uma alusão especial, pelo seu significado e impacte académicos e lusófonos, à recente inauguração da nova «**Biblioteca Universitária Prof. Vítor de Sá**», aos sucessivos números da nossa «**Revista de Humanidades e Tecnologias**» e à recentíssima criação do «**Conselho de Reitores das Universidades Lusófonas**» (CRUL), acontecimento que, pelas suas intenções e consequências, em Portugal e em todo o Espaço Lusófono, foi justamente caracterizado de histórico.

«Deus quer, o Homem sonha, a Obra nasce...»

Mas, também aqui, deixando a Deus o que é de Deus, quem sonha e quem opera são as Pessoas empenhadas no Projecto da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, que dela já reconhecidamente fizeram a Universidade Privada quantitativamente maior e qualitativamente mais prestigiada, e essas Pessoas são todos os nossos Directores (académicos e outros: e nestes outros, para além de toda a Direcção da nossa entidade instituidora, a COFAC – Cooperativa de Formação e

Animação Cultural, crl e do seu Presidente, Dr. Manuel de Almeida Damásio, quero paradigmaticamente referir o Engº F. Faria Ferreira, sem cujas «obras» nenhuma «obra» poderia nascer...), todos os nossos Docentes, todos os nossos Alunos e ex-Alunos (sem esquecer as suas notáveis performances desportivas, olé !), todos os nossos Funcionários de todas as categorias, todos os nossos Familiares, todos os nossos Colaboradores, todos os nossos Amigos e todos os Estabelecimentos autónomos, mas companheiros, do ISHT – Instituto Superior de Humanidades e Tecnologias, da ESEAG – Escola Superior Almeida Garrett, da ERISA – Escola Superior de Ciências da Saúde Ribeiro Sanches e da EPA – Escola Pré-Universitária, nas pessoas dos seus aqui presentes Directores, Professores António Mendes, A. Camilo Ribeiro, Luís Rodrigues e José Araújo. E nesta hora solene do dia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias não quero igualmente deixar de saudar todas as Instituições de Ensino Superior que ajudámos ou ajudaremos a lançar (como o ISPU – Instituto Superior Politécnico e Universitário de Moçambique, a EUROPAN – Universidade Europano-americana de Humanidades e Tecnologias de São Paulo, Brasil, a Universidade Amílcar Cabral da Guiné-Bissau, a Universidade de Cabo Verde, a Universidade Lusófona do Porto...) e todas as Instituições de Ensino Superior de Portugal e de todos(s) o(s) Espaço(s) Lusófono(s), Públicas e Privadas, Laicas e Confessionais e quaisquer outras...

E, ao mesmo tempo que a todos e a cada um exprimo o mais sincero reconhecimento pessoal e institucional e a maior consideração efectiva e afectiva, termino repetindo o que mil vezes tenho dito e escrito, mas sempre com igual convicção de que «vale a pena» porque «a alma não é pequena»: **enquanto houver Espaços Lusófonos a «educar», a «democratizar», a «desenvolver», a «humanizar»..., a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias não parará, procurando, afinal e simplesmente, realizar os objectivos que se propôs e lhe foram oficialmente propostos, a saber «o ensino, a investigação e a prestação de serviços nos vários domínios da ciência, da cultura e das tecnologias, numa perspectiva interdisciplinar e, especialmente, em ordem ao desenvolvimento dos países e povos de língua portuguesa»** (Decreto-Lei nº 92/98, de 14 de Abril).

Amen! Muito Obrigado.

“Deus quer, o homem sonha...